

STJ00115571

Saulo Cerqueira de Aguiar Soares
Vitor Salino de Moura Eça

**A CAPACIDADE PROCESSUAL DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA: perspectiva
do processo constitucional democrático**

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2023

Copyright © da Editora CRV Ltda.
Editor-chefe: Railson Moura
Diagramação e Capa: Designers da Editora CRV
Revisão: Os Autores

1224375

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

C236

A capacidade processual da pessoa com deficiência: perspectiva do processo constitucional democrático / Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Vitor Salino de Moura Eça – Curitiba : CRV, 2023.

128 p.

Bibliografia

ISBN Digital 978-65-251-3333-1

ISBN Físico 978-65-251-3332-4

DOI 10.24824/978652513332.4

1. Direito 2. Capacidade processual 3. Pessoas com deficiência 4. Capacidade decisional
5. Acesso à justiça I. Soares, Saulo Cerqueira de Aguiar II. Eça, Vitor Salino de Moura III. Título
IV. Série.

2023-28578

CDD 340

CDU 34

Índice para catálogo sistemático

1. Direito – acesso à justiça – 340

ESTA OBRA TAMBÉM SE ENCONTRA DISPONÍVEL EM FORMATO DIGITAL.
CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!



2023

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418 – E-mail: sac@editoracrv.com.br

Conheça os nossos lançamentos: www.editoracrv.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
<i>Saulo Cerqueira de Aguiar Soares</i>	
1. INTRODUÇÃO	13
2. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA:	
interdisciplinaridade do Direito e da Medicina	17
2.1 O conceito de pessoa com deficiência	18
2.2 Pessoas com deficiência no Brasil e no mundo	22
2.3 A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde	24
2.4 O Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais	27
2.5 A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde	37
2.6 Do modelo médico ao modelo biopsicossocial ou de direitos humanos	39
3. A CAPACIDADE CIVIL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	43
3.1 Código Civil de 1916	48
3.2 Código Civil de 2002	50
3.3 Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: revisão da teoria das capacidades	52
3.4 O Estatuto da Pessoa com Deficiência/Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência	57
4. INSTITUTOS DE PROTEÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	67
4.1 Tomada de decisão apoiada	67
4.2 Curatela	71
5. A CAPACIDADE PROCESSUAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	81
5.1 A capacidade de ser parte da pessoa com deficiência	82
5.2 A capacidade para estar em juízo ou capacidade processual	84
5.3 A capacidade processual da pessoa com deficiência sob o instituto da tomada de decisão apoiada	89
5.4 A capacidade processual da pessoa com deficiência sob o regime da curatela	90
5.5 A capacidade processual da pessoa com deficiência que, por causa transitória ou permanente, não puderem expressar sua vontade	90

5.6 A capacidade processual da pessoa com deficiência que também seja diagnosticada com transtornos relacionados a substâncias ou uso nocivo de álcool ou pródiga	90
5.7 A capacidade processual da pessoa com deficiência perante os Juizados Especiais Cíveis e Criminais estaduais e os no âmbito da Justiça Federal	92
5.8 Validade dos atos processuais praticados por pessoa com deficiência	93
5.9 A capacidade postulatória	96
5.10 Ministério Público como fiscal da ordem jurídica	97
5.11 Antinomia jurídica entre a CDPD, o CC, o EPD e o CPC.....	98
5.12 Perspectiva do processo constitucional democrático.....	100
5.13 Soluções legislativas para o aperfeiçoamento da capacidade processual da pessoa com deficiência	103
CONCLUSÃO	109
REFERÊNCIAS.....	115
ÍNDICE REMISSIVO	125